



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANEXO III.C – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM OS OPERADORES DE TRANSPORTE
SOBRE TRILHOS



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ÍNDICE

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
1. OBJETIVOS	4
2. DIRETRIZES GERAIS.....	5
3. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA	8
PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES, CCO E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO	13
4. INTEGRAÇÃO METROFERROVIÁRIA.....	13
5. INTEGRAÇÃO COM TERMINAIS DE ÔNIBUS, E CONVÊNIO PAESE.....	14
6. CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CELEBRADOS COM OS MUNICÍPIOS, DEMAIS ENTES FEDERATIVOS, AUTARQUIAS E OUTROS.....	14
7. QUADRO RESUMO DAS INTEGRAÇÕES.....	14
8. FIGURAS.....	16

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. OBJETIVOS

- 1.1. Este ANEXO tem por objetivo o estabelecimento de diretrizes de convivência entre as PARTES do CONTRATO e terceiros que compartilhem direitos e obrigações relacionados aos SERVIÇOS, a INFRAESTRUTURA EXISTENTE e novos EMPREENDIMENTOS.
- 1.2. As regras de convivência entre as partes envolvidas na execução de serviços, sistemas e obras serão estabelecidas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, cuja composição é nos termos do item 3 abaixo, visando:
 - i. Viabilizar e organizar a convivência entre as partes afetadas durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL e a FASE OPERACIONAL, no que couber, levando-se em consideração as infraestruturas e instalações existentes e já operacionais e aquelas ainda em implantação pelas concessionárias citadas e, portanto, ainda não operacionais;
 - ii. Compatibilizar os cronogramas das atividades de implantação e/ou transferência das infraestruturas e/ou instalações existentes com os das atividades futuramente desenvolvidas para implantação dos INVESTIMENTOS os EMPREENDIMENTOS e SERVIÇOS previstos para a LINHA e outros equipamentos públicos em implantação pelas demais concessionárias;
 - iii. Integrar e aprimorar esforços e condições de segurança do trabalho, de prevenção de acidentes e gestão de riscos, tanto no ambiente de obra, como para os USUÁRIOS em trechos operacionais;
 - iv. Viabilizar diretrizes e ações a serem adotadas visando a mitigação de riscos decorrentes das atividades em regime de convivência; e
 - v. Elaborar procedimentos e regras de convivência entre as partes, nos termos do item 1.2.1, visando a integração operacional, quando houver, detalhando a forma de acesso, utilização compartilhada das instalações e funcionalidades das oficinas, das estações, bilheterias, quando for o caso, vestiários, banheiros, copa e outras dependências necessárias para a plena operação e manutenção das áreas e dos equipamentos.
- 1.2.1. Para atingir os objetivos descritos no item 1.2, competem ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, sem prejuízo da inclusão de novas responsabilidades nos termos do item 3 abaixo, as seguintes atribuições:
 - i. Por decisões relativas a questões submetidas por seus membros relacionadas às interfaces inerentes à operação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO não tratadas nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- ii. Pela criação de procedimentos para questões submetidas por seus membros inerentes à operação do SISTEMA METROFERROVIÁRIO não tratadas nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, decorrentes da interação entre os diferentes operadores públicos e privados;
- iii. Pela criação de regras a serem observadas por seus membros relativas às interfaces na execução das INTERVENÇÕES, em trechos operacionais ou não, até o seu recebimento definitivo, nos termos do ANEXO II.D, e às interfaces na implantação e disponibilização dos EMPREENDIMENTOS.
- iv. Pelo acompanhamento das atividades do AUDITOR INDEPENDENTE, que poderá ser convocado a apresentar avaliações e conclusões parciais descritas no ANEXO II.E;

1.2.2. Para cumprimento dos objetivos previstos neste ANEXO, são apresentadas a seguir as diretrizes que orientarão a convivência entre o PODER CONCEDENTE, a ARTESP, a CONCESSIONÁRIA, operadores de transporte de passageiros e de carga sobre trilhos e contratadas de quaisquer destes, ou futuros operadores, no que couber a cada um deles, em razão da necessidade de convivência operacional, principalmente nas interfaces da execução das obras civis, instalação dos sistemas, testes, comissionamentos e manutenção, dentre outros.

1.2.3. Tais diretrizes deverão ser desdobradas em procedimentos detalhados após a assinatura do CONTRATO, a partir de reunião a ser convocada pela ARTESP, para organização e melhor desenvolvimento dos serviços e atividades pertinentes à implantação do TIC EIXO OESTE, observada a atuação do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

1.3. As decisões emitidas e novas regras por criadas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA terão caráter vinculativo aos membros quando (i) não gerarem efeitos econômicos à execução dos EMPREENDIMENTOS, resguardada a prerrogativa de a ARTESP a sustar em qualquer tempo, ou (ii) gerarem efeitos econômicos, e a CONCESSIONÁRIA expressa e previamente renunciar qualquer direito a reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes destes efeitos.

1.4. As decisões emitidas e novas regras criadas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA terão caráter opinativo e não vinculante aos membros sempre que gerarem ou tenham a potencialidade de gerar impactos econômicos à execução dos EMPREENDIMENTOS.

1.4.1.A ARTESP poderá aderir às decisões emitidas e regras criadas pelo comitê de caráter opinativo, hipótese em que a CONCESSIONÁRIA poderá pleitear o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de seus efeitos econômicos.

2. DIRETRIZES GERAIS

2.1. Os ativos compartilhados observarão as seguintes diretrizes gerais.

i. LINHA 7 e TIC EIXO NORTE:

- a. Faixa de domínio: para fins operacionais, segmento de aproximadamente 3,5 km contido no trecho posterior à estação Domingos de Morais, logo após a curva do pátio da Lapa até a estação Água Branca, onde será compartilhada a faixa de domínio delimitada entre

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

muros, sendo a circulação do TIC EIXO OESTE realizada por 2 (duas) vias paralelas e independentes; e

- b. Estação Água Branca: compartilhamento das instalações da estação Água Branca, em especial acessos e mezaninos para embarque e desembarque da plataforma destinada ao TIC EIXO OESTE.
- ii. Linha 8 e Linha 9:
- a. Faixa de domínio: para fins operacionais, atualmente, as interferências com a Linha 8 e Linha 9 acontecem em dois trechos segmentados. O primeiro trecho é definido desde a estação de Amador Bueno e se prolonga por 1,2 km até o ponto do PK 57+700 do traçado proposto onde o traçado do TIC OESTE diverge a nordeste com sentido à Rodovia Castelo Branco. O segundo, inicia-se no PK 69+500 do traçado do TIC EIXO OESTE, no trecho entre as estações Barueri e Antônio João (estações da Linha 8) e se estende por cerca de 20 km até a estação Água Branca, onde compartilharão a faixa de domínio delimitada entre muros. Em ambos os trechos, a circulação do TIC EIXO OESTE ocorrerá em vias segregadas, independentes e paralelas aos trens das Linhas 8 e 9;
 - b. Compartilhamento das vias existentes das Linhas 8 e 9 da ViaMobilidade: Haverá compartilhamento de duas vias Linha 8 a partir do PK 72+250 do traçado do TIC EIXO OESTE situada nas proximidades da subestação elétrica de Santa Terezinha. O uso destas duas faixas se prolonga até o PK 73+600 situado a leste da Estação Carapicuíba. A partir do PK 73+600 será compartilhado uma via da Linha 8 da ViaMobilidade. A via a ser compartilhada será a terceira via Linha 8, situada ao norte das demais. Este compartilhamento se estenderá até o PK 78+900 nas proximidades da Estação Osasco. A partir do PK 79+520 serão compartilhadas duas vias da Linha 8 ViaMobilidade até o PK 81+900. A partir do PK 85+300, nas proximidades da estação Imperatriz Leopoldina, até o PK 86+400, nas proximidades da Estação Domingo de Moraes, será compartilhada uma via da Linha 8 ViaMobilidade. A Tabela 1, apresenta um resumo das vias que serão compartilhadas pela ViaMobilidade para o TIC Oeste.

TIC EIXO OESTE			
COMPARTILHAMENTO DE VIAS DA LINHA 8 (VIAMOBILIDADE)			
KM INÍCIO	KM FIM	EXTENSÃO (m)	DESCRIÇÃO
72+250	73+600	1.350	Compartilhamento de duas vias da Linha 8 ViaMobilidade para o TIC EIXO OESTE.
73+600	78+900	5,300	Compartilhamento de uma via da Linha 8 ViaMobilidade para o TIC EIXO OESTE
79+520	81+900	2.380	Compartilhamento de duas vias da Linha 8 ViaMobilidade para o TIC EIXO OESTE
85+300	86+400	1.100	Compartilhamento de uma via da Linha 8 ViaMobilidade para o TIC EIXO OESTE

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- c. Estação Água Branca: compartilhamento das instalações da estação Água Branca, incluindo acessos a estação, mezanino e locais para movimentação de PASSAGEIROS.
 - d. Estações Amador Bueno e Carapicuíba: compartilhamento das instalações das estações Amador Bueno e Carapicuíba. Serão implementadas novas infraestruturas do TIC Oeste que terão conexão de mezaninos e acessos.
 - e. Estações de passagem do TIC EIXO OESTE: As estações Barueri, Antônio João, Santa Terezinha, General Miguel Costa, Quitaúna, Comandante Sampaio, Osasco, Presidente Altino, Imperatriz Leopoldina, Domingos de Moraes, operadas pela Concessionária ViaMobilidade e Lapa, que será operada pela Concessionária TIC Trens, serão estações somente de passagem, sem previsão de parada ou SERVIÇO do TIC EIXO OESTE, uso de plataformas, compartilhamento de mezaninos e acessos.
 - iii. Linha 3:
 - a. Estação Água Branca: compartilhamento das instalações da estação Água Branca, incluindo acessos a estação, mezanino e locais para movimentação de PASSAGEIROS.
 - iv. Linha 6:
 - a. Estação Água Branca: compartilhamento das instalações da estação Água Branca, incluindo acessos a estação, mezanino e locais para movimentação de PASSAGEIROS.
 - v. MRS:
 - a. Faixa de domínio: para fins operacionais, atualmente, é definida no trecho entre Lapa e Água Branca, onde será compartilhada a faixa de domínio entre muros onde haverá circulação paralela, por vias segregadas e independentes.
- 2.2. A CONCESSIONÁRIA, a ARTESP, operadores de transporte de passageiros e de carga sobre trilhos e suas partes, ou futuros operadores, no que couber a eles, em razão da necessidade de convivência operacional das estruturas a serem compartilhadas, deverão detalhar a interface de operação das estações compartilhadas, definindo as responsabilidades de cada uma, observadas as disposições da PARTE II deste ANEXO.
- 2.3. No caso de não concordância plena ou parcial aos acordos necessários para solução das interfaces previstas nos itens 1.2.1, 1.2.3 e 2.2, caberá às PARTES a tentativa de resolução e seus encaminhamentos, adotando, no que couber, as diretrizes constantes nos documentos discriminados no ANEXO XI, e o disposto no CONTRATO, inclusive quanto às resoluções de divergência em matérias relacionadas ao CONTRATO.
- 2.4. A convivência entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros deverá primar pela preservação da operação dos serviços de terceiros de forma ininterrupta, sendo que casos excepcionais, que demandem interrupção dos serviços de terceiros deverão ser previamente submetidos à análise do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, nos termos do item 4.1 e seguintes.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 2.5. As áreas de manutenção dos sistemas de via permanente, edificações e eletroeletrônicos, eventualmente compartilhadas com outra(s) concessionária(s) de serviço de mobilidade urbana ferroviária, devem ter o seu compartilhamento delimitado e protegidos por áreas de controle com acessos restritos ao pessoal registrado e habilitado de cada empresa.
- 2.6. Os processos de acesso, rateios de consumo de água, energia, despesas com IPTU, entre outros gastos voltados à operação dos ambientes e ativos compartilhados, deverão ser acordados e detalhados em procedimentos estabelecidos pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, após a assinatura do CONTRATO.
- 2.7. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverá registrar situações que envolvam materiais, equipamentos ou bens de pessoas ou empresas terceirizadas, buscando dar ciência aos responsáveis sobre o compartilhamento da infraestrutura em curso e a adequada destinação destes bens.

3. REGRAS DE GOVERNANÇA DO COMITÊ DE CONVIVÊNCIA

3.1. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA será composto por até 6 (seis) membros-natos, na seguinte proporção:

- i. 3 (três) membros representantes da ARTESP;
- ii. 3 (três) membros representantes da CONCESSIONÁRIA;

3.1.1. A indicação dos membros será feita até 15 (quinze) dias contados da DATA DE EFICÁCIA.

3.1.2. Diante do compartilhamento da infraestrutura da LINHA e BENS INTEGRANTES, a CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE, a RUMO, a VIAMOBILIDADE e demais concessionárias de serviços públicos de transporte de passageiros ou carga integrados aos serviços da LINHA poderão indicar, cada uma, até 2 (dois) representantes para o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, nos termos do seu Regulamento, visando a contribuir e facilitar os entendimentos relativos às regras de convivência nas áreas que lhe dizem respeito.

3.1.3. As reuniões que contarão com representantes das concessionárias terceiras serão definidas pelos representantes da ARTESP, à luz da necessidade de sua participação para os assuntos em pauta, ouvidos os representantes da CONCESSIONÁRIA.

3.1.4. A eventual não indicação de representantes pelas concessionárias terceiras implica sua renúncia nas decisões do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA ao longo da execução do CONTRATO, exceto se disposto de forma diversa no regulamento do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

3.2. A CONCESSIONÁRIA elaborará regulamento do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a ser submetido aos seus membros até 30 dias contados da DATA DE EFICÁCIA, que observará as seguintes diretrizes:

- i. As reuniões ordinárias do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA observarão periodicidade quinzenal durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL e periodicidade bimestral durante a FASE OPERACIONAL, sendo possível que os membros estipulem frequência maior no regulamento;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- ii. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por ao menos 2 (dois) membros do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, devendo o regulamento prever prazo máximo para sua realização após a convocação;
 - iii. Todas as decisões submetidas ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA serão decididas, mesmo que liminarmente, dentro do prazo de quinze dias;
 - iv. O regulamento disporá sobre regras de organização do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA de caráter interno incluindo, mas sem se limitar, a forma de participação nas reuniões, o prazo de convocação de reuniões, a forma de publicização das decisões e o prazo para a assinatura de ata lavrada após cada reunião; e
 - v. Ressalvada a disposição de modo diverso no regulamento do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, são de competência exclusiva da ARTESP (i) a indicação de novo(s) membro(s) para ingresso ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, (ii) a submissão de proposta para a inclusão de novas responsabilidades, para além daquelas já listadas no item 1.2.1, e (iii) a decisão sobre assuntos não resolvidos por unanimidade.
- 3.3. É de competência exclusiva da ARTESP, sem a possibilidade de disposição diversa no regulamento do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, a avaliação sobre a potencialidade de uma decisão emitida ou nova regra criada gerar efeitos econômicos à execução dos empreendimentos, nos termos dos itens 1.3 e 1.4 acima.
- 3.4. Eventuais divergências não resolvidas de forma amigável no âmbito do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderão ser dirimidas nos termos do Capítulo XXI do CONTRATO.

4. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA

Considerações gerais

- 4.1. Na implantação dos INVESTIMENTOS ou realização de atividades de manutenção que afetem outras concessionárias, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o respectivo PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA, considerando a minimização dos impactos aos USUÁRIOS e aos serviços prestados pelas partes impactadas, bem como observar os gabaritos mínimos para a continuidade dos serviços dos operadores envolvidos.
- 4.1.1. Os PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA serão apresentados ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
 - 4.1.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA solicitar anuência e autorização para a liberação dos acessos para execução de obras ou manutenção de vias, sistema de alimentação, de energia e de sistemas auxiliares sempre quando estas apresentarem impactos nas estruturas de outro(s) operador(es), tais como ocupação de gabaritos ou impactando a normalidade dos processos de operação ou manutenção das infraestruturas do CONCESSIONÁRIO.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 4.1.3. No caso dos BENS DA CONCESSÃO, deverão ser elaborados procedimentos específicos para o regramento da liberação de acessos por terceiros, que serão mantidos durante todo o prazo da CONCESSÃO, visando minimização de riscos e maior controle e segurança para o processo.
- 3.1.3.1. Estes procedimentos deverão indicar regramento de prazos mínimos para solicitação dos acessos, contemplando acessos para atividades rotineiras, críticas ou emergenciais.
- 3.1.3.2. Deverão ainda delimitar de maneira clara e objetiva os limites de domínio de cada um dos concessionários envolvidos nos acessos, de maneira que seja de fácil compreensão, para os colaboradores envolvidos na atividade, quais são os seus limites de ocupação autorizados.
- 3.1.3.3. Os procedimentos deverão estabelecer regras para treinamentos e para considerar os funcionários habilitados para realizarem atividades nas faixas de domínio de outro concessionário.
- 3.1.3.4. Deve ser estabelecido procedimento de controle e de compartilhamento das informações de pessoas habilitadas a exercer atividades de implantação ou manutenção em áreas pertencentes a outros concessionários.
- 3.1.3.5. Deve ser estabelecido procedimento de mediação e solução de conflitos entre solicitações de atividades concomitantes que apresentem incompatibilidade de execução simultânea.
- 4.2. Os operadores ferroviários, ou responsáveis por OBRAS DE TERCEIROS, que convivam operacionalmente em estruturas compartilhadas da CONCESSÃO poderão solicitar apoio de segurança patrimonial à CONCESSIONÁRIA em determinada obra cível que eventualmente lhe couber, desde que suporte seus custos e esteja sob sua responsabilidade.
- 4.3. Situações eventuais decorrentes da realização das OBRAS DE TERCEIROS pelo PODER CONCEDENTE também seguirão as mesmas diretrizes aqui apresentadas, sendo responsabilidade do PODER CONCEDENTE elaborar e apresentar o respectivo PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA e garantir aderência da conduta de seus subcontratados às diretrizes estabelecidas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 4.3.1. Fará parte do PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA para as obras das OBRAS DE TERCEIROS, a regulamentação da disponibilização, pela CONCESSIONÁRIA, e da forma de acesso pelo PODER CONCEDENTE de infraestrutura necessária para realização das atividades, como por exemplo, área de apoio para guarda de materiais, sanitários e estacionamento de veículos.

Requisitos do PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA

- 4.4. Nos PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA serão levados em consideração e pactuados:
- i Serviços a serem executados;
 - ii Prazo de execução;
 - iii Limites com as áreas operacionais (com ou sem barreiras físicas);
 - iv Turnos de trabalho (diurno/noturno, início/término);
 - v Identificação das empresas executoras e seus empregados;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- vi Carga e descarga de materiais/equipamentos;
- vii Remoção de materiais/equipamentos – retirada de entulhos e restos de materiais;
- viii Circulação/atividades com mão-de-obra nesses limites;
- ix Rotina para solicitação de acessos (encaminhamento, formulário, e demais etapas do procedimento);
- x Segurança dos PASSAGEIROS e transeuntes;
- xi Segurança dos trabalhadores;
- xii Segurança dos materiais para as atividades (guarda e vigilância);
- xiii Tempos mínimos para mobilização e desmobilização;
- xiv Necessidade de desligamento dos sistemas de alimentação elétrica;
- xv Vias impactadas e limites de circulação livres para movimentação de veículos;
- xvi Procedimentos a serem adotados para garantir a segurança dos executantes, da operação, das instalações e dos clientes do serviço.
- xvii Acompanhamento, monitoramento e outros que forem necessários para o melhor resultado; e
- xviii Meios de comunicação para contato com as equipes de campo;
- xix Outros itens considerados importantes, em comum acordo

- 4.5. Todas as obras que envolvam o remanejamento ou ajustes nas vias da Linha 8 deverão garantir, em primeiro lugar, a manutenção da operação ferroviária existente, com prioridade à liberação do tráfego ferroviário atual, minimizando impactos à circulação de trens e respeitando os padrões técnicos e operacionais para circulação segura da ViaMobilidade.
- 4.6. Antes do início de cada fase de intervenção, deverá ser realizada visita técnica conjunta com representantes da Linha 8 - ViaMobilidade, da CONCESSIONÁRIA do TIC EIXO OESTE, da ARTESP e do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA para validação das condições de obra e dos riscos operacionais envolvidos.
- 4.7. A CONCESSIONÁRIA do TIC EIXO OESTE deverá submeter, para cada trecho de intervenção, um Plano Detalhado de Fases Construtivas, contendo o Cronograma executivo por etapa, as soluções de engenharia propostas, os procedimentos de mitigação de riscos operacionais e simulações de operação durante a obra (quando aplicável). Este plano deverá ser submetido e analisado tecnicamente pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 4.8. Cabe à CONCESSIONÁRIA responsável pelas obras do TIC EIXO OESTE o planejamento, a implantação e a posterior retirada de desvios operacionais, sinalizações provisórias, mudanças de AMV temporários, bem como demais medidas necessárias para garantir a continuidade das operações da Linha 8 durante as intervenções. Estas ações devem ser previamente apresentadas ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA e submetidas à anuência da ARTESP.
- 4.9. Antes da entrada em operação de novas vias, desvios ou AMVs implantados (temporários ou definitivos), deverão ser realizados ensaios operacionais supervisionados, com participação da ViaMobilidade e ARTESP, testes de circulação em vazio e validação de sistemas de sinalização e controle.
- 4.10. Nas situações em que as obras não puderem ser executadas exclusivamente em janelas noturnas ou fora do horário comercial, deverão ser adotadas soluções operacionais mitigadoras, previamente planejadas e aprovadas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, tais como a implantação de operação em via

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

singela com intertravamento e sinalização temporária, a redução controlada da oferta de trens com reorganização de horários e intervalos.

- 4.11. O cronograma das obras deverá ser compatibilizado com os períodos de menor impacto operacional, preferencialmente em janelas noturnas ou em períodos programados de menor demanda, e aprovado com antecedência mínima definida pelo Comitê.
- 4.12. Para garantir maior produtividade nas frentes de obra que interfiram diretamente na operação da Linha 8, o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá avaliar e propor a ampliação da janela de trabalho noturno, mediante encerramento antecipado da operação comercial da ViaMobilidade em trechos específicos observando a viabilidade técnica e operacional, a partir da elaboração de um plano detalhado de mobilidade substitutiva com acionamento do PAESE, previamente aprovado pela ARTESP com as devidas comunicações prévias e claras aos passageiros, com antecedência mínima definida. As frequências destas medidas devem ser limitadas, reservando-a para obras críticas ou de grande porte, e com avaliação de desempenho pós-obra.
- 4.13. Uma vez estabelecida a programação para execução das atividades em convivência, esta deverá ser rigorosamente cumprida.

Acessos: organização e responsabilidades

- 4.14. No planejamento dos PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA, deverá ser considerada a compatibilidade das atividades a serem executadas nas áreas comuns de trabalho e a viabilidade de acesso a estas áreas, com procedimento estabelecido segundo critérios técnicos e conforme os limites dessa convivência. Esses critérios e limites deverão ser identificados e consignados pelas partes envolvidas na transferência dos trechos em operação e em áreas que, simultaneamente à operação, ainda estiverem sob execução de obras civis e de sistemas.
- 4.15. Eventuais danos operacionais, incidentes ou degradações de desempenho provocados por interferências das obras na infraestrutura da Linha 8 serão de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA do TIC EIXO OESTE, incluindo custos de reparo ou substituição de ativos, custos operacionais e logísticos decorrentes de interrupções e sanções regulamentares, quando aplicáveis.
- 4.16. Durante as fases críticas das obras nos trechos compartilhados, a CONCESSIONÁRIA do TIC EIXO OESTE deverá instalar sistemas de monitoramento em tempo real (ex: sensores de vibração e de monitoramento da integridade da via) e emitir relatórios periódicos de avanço físico e condições de segurança, encaminhados ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA e à ARTESP.

Matriz de responsabilidades e de informação

- 4.17. Sempre que houver impactos à circulação de passageiros (mesmo que temporários), deverá ser elaborado um plano de comunicação unificado com avisos aos passageiros com antecedência mínima, mídias oficiais, comunicação em trens e estações, e plano de contingência de atendimento ao cliente e deverá ser coordenado entre a ViaMobilidade, a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP.
- 4.18. Em eventual área operacional, a operadora que estiver no comando da área considerada será a controladora e liberadora dos demais acessos, devendo viabilizar a continuidade da implantação, em

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

obediência e consonância aos contratos que regem a prestação do serviço metroferroviário, que estejam vigentes, ou a serem ainda formalizados.

- 4.19. Em caso da necessidade de acionamento do PAESE, tal providência deverá ser tomada pela CONCESSIONÁRIA, sendo os custos decorrentes de tal acionamento de responsabilidade da operadora que tenha realizado a demanda de utilização.
- 4.20. Os solicitantes assumirão os riscos das atividades, dentro das normas legais, regulamentos e procedimentos, sendo responsáveis pelas ocorrências, inclusive danos, nas áreas solicitadas para suas atividades.
- 4.21. Ao fim das atividades relacionadas no item 4.4., as áreas deverão ser restituídas de forma limpa e desimpedidas, em condições normais de uso. A execução de obras complementares posteriores e a implantação de sistemas em infraestruturas em plena implantação, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, poderão implicar a necessidade de suspensão temporária da OPERAÇÃO COMERCIAL em trechos de via e/ou de estações. A execução desta suspensão temporária deverá ser planejada de forma a permitir uma intervenção, preferencialmente em finais de semana, que gere o menor impacto possível sobre a operação e receitas de terceiros, bem como para preservar o atendimento aos PASSAGEIROS e a circulação de trens, mantendo os requisitos de segurança da operação, das instalações e de todos os participantes das atividades de intervenção, comunicando com a devida antecedência a ARTESP, nos termos do item 2.4.
- 4.22. Essas intervenções poderão exigir o acionamento do PAESE e/ou a utilização de pessoal da CONCESSIONÁRIA, cujos custos e compensações serão ressarcidos por meio de regras de convivência e/ou regulamentos a serem formalizados entre as PARTES, com o devido detalhamento das condições necessárias.

PORTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES, CCO E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO

5. INTEGRAÇÃO METROFERROVIÁRIA

- 5.1. Caso existam estações a serem compartilhadas pela CONCESSIONÁRIA com outros operadores ou terceiros, e que não possuam convênios para disciplinar a gestão dos espaços estes deverão ser elaborados e firmados por todos os envolvidos.

5.1.1.A CONCESSIONÁRIA e as demais concessionaria de serviço de mobilidade urbana ferroviária que compartilharem estações deverão elaborar convênio(s) e os respectivos planos de trabalho de forma a definir áreas de convivência para todas as estações compartilhadas.

- 5.1.1.1. O convênio deverá considerar (i) aspectos de operação, manutenção e repartição de usos e rateio de custos de serviços nas áreas comum, contendo no mínimo as informações; e (ii) os acordos de cooperação e integração técnico-operacional, planos de trabalho de forma a definir áreas de abrangência e responsabilidades de manutenção e compartilhamento de custos referente às áreas de transferência com a concessionaria de serviço de mobilidade urbana ferroviária ou com outras concessionárias do sistema metropolitano.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

5.1.1.2. O convênio deverá receber a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE e não objeção do PODER CONCEDENTE.

5.2. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a implantação e manutenção dos equipamentos de que trata o item 6.4 do ANEXO X relativos à leitura e validação de TÍTULOS DE VIAGEM também nas estações do SISTEMA METROFERROVIÁRIO que atendam a serviços de transporte que utilizam sistemas de bilhetagem.

6. INTEGRAÇÃO COM TERMINAIS DE ÔNIBUS, E CONVÊNIO PAESE

6.1. **Terminais de ônibus.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter entendimentos e celebrar convênios de convivência que definam os termos de cooperação e integração operacional com as respectivas prefeituras e com operadoras dos terminais de ônibus, se cabível, com anuência da ARTESP.

6.2. **Convênio PAESE.** A CONCESSIONÁRIA deve participar do convênio PAESE, com o objetivo de estabelecer formas de cooperação operacional em situações de caráter preventivo, de emergência ou paralisação temporária dos Sistemas de Transporte Urbano da Região Metropolitana de São Paulo e determinar os procedimentos operacionais, as responsabilidades de atuação e as formas de remuneração dos custos decorrentes dessa atividade.

6.3. **Novos projetos de transporte:** A CONCESSIONÁRIA deverá manter entendimentos e celebrar convênios que definam cooperação e integração operacional com outros tipos de transporte que venham a ser implementados futuramente nas proximidades das estações do TIC Oeste.

7. CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CELEBRADOS COM OS MUNICÍPIOS, DEMAIS ENTES FEDERATIVOS, AUTARQUIAS E OUTROS

7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as disciplinas previstas nos convênios celebrados, e nos demais instrumentos incluídos no ANEXO XI.

7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá firmar ou renovar convênios ou instrumentos congêneres com as respectivas prefeituras dos Municípios localizados no traçado TIC OESTE ou ANTT de forma a transferir a responsabilidade para a CONCESSIONÁRIA pela manutenção, conservação, limpeza e iluminação das transposições e obras de arte, inclusive as que forem construídas ou reformadas pela CONCESSIONÁRIA, na forma descrita na Parte 2 do ANEXO I.

8. QUADRO RESUMO DAS INTEGRAÇÕES

8.1. Quadro resumo das estações do TIC Oeste com integrações metroferroviárias e terminais de ônibus:

Estações	Linha/Serviço	Município	Integrações e observações:
Água Branca	Linha 7 e TIC NORTE, LINHA 8 e LINHA 9, LINHA 3, LINHA 6, Ônibus Interestaduais,	São Paulo	Linha 3 – Linha Vermelha – Metrô (futuramente) Linha 6 – Linha Laranja – Metrô (futuramente)

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

	Ônibus Intermunicipais, Ônibus Urbanos, Ônibus Fretados, Ônibus de Turismo.		LINHA 7 – Rubi - Trens metropolitanos; TIC NORTE - Trens Intercidades; LINHA 8 e 9 - Diamante /Esmeralda - Trens metropolitanos (futuraamente); Terminal Rodoviário da Barra Funda (a 610 metros)
Carapicuíba	LINHA 8 e LINHA 9 Ônibus Municipais Ônibus Intermunicipais	Carapicuíba	LINHA 8 - Diamante - Trens metropolitanos; LINHA 9 - Esmeralda - Trens metropolitanos. A LINHA 9 terá seu serviço estendido até a estação Barueri. Terminal Rodoviário José Ribeiro (Distante cerca de 100 metros) Terminal Metropolitano Carapicuíba (Distante cerca de 70 metros)
Amador Bueno	LINHA 8	Itapevi	LINHA 8 - Diamante - Trens metropolitanos;
Brigadeiro Tobias	VLT Sorocaba	Sorocaba	VLT de Sorocaba (futuraamente)
Sorocaba	Ônibus Municipais Ônibus Intermunicipais	Sorocaba	Terminal Santo Antônio; VLT de Sorocaba (futuraamente)

9. FIGURAS

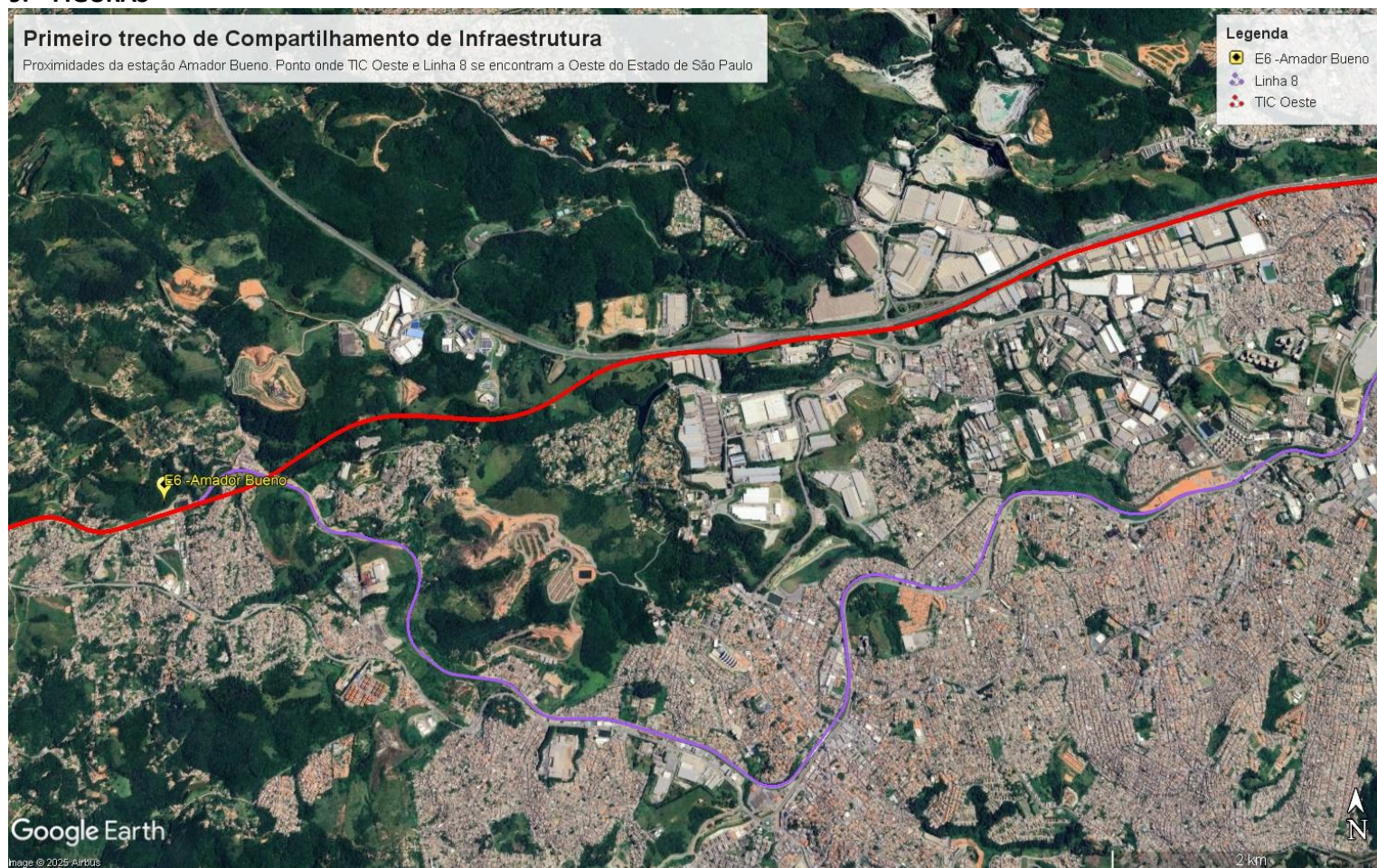


Figura 1 - Primeiro Trecho de Compartilhamento de Infraestrutura: Proximidade da estação Amador Bueno

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE



Figura 2 - Trecho deste a região a leste da Estação Barueri até Estação Água Branca



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

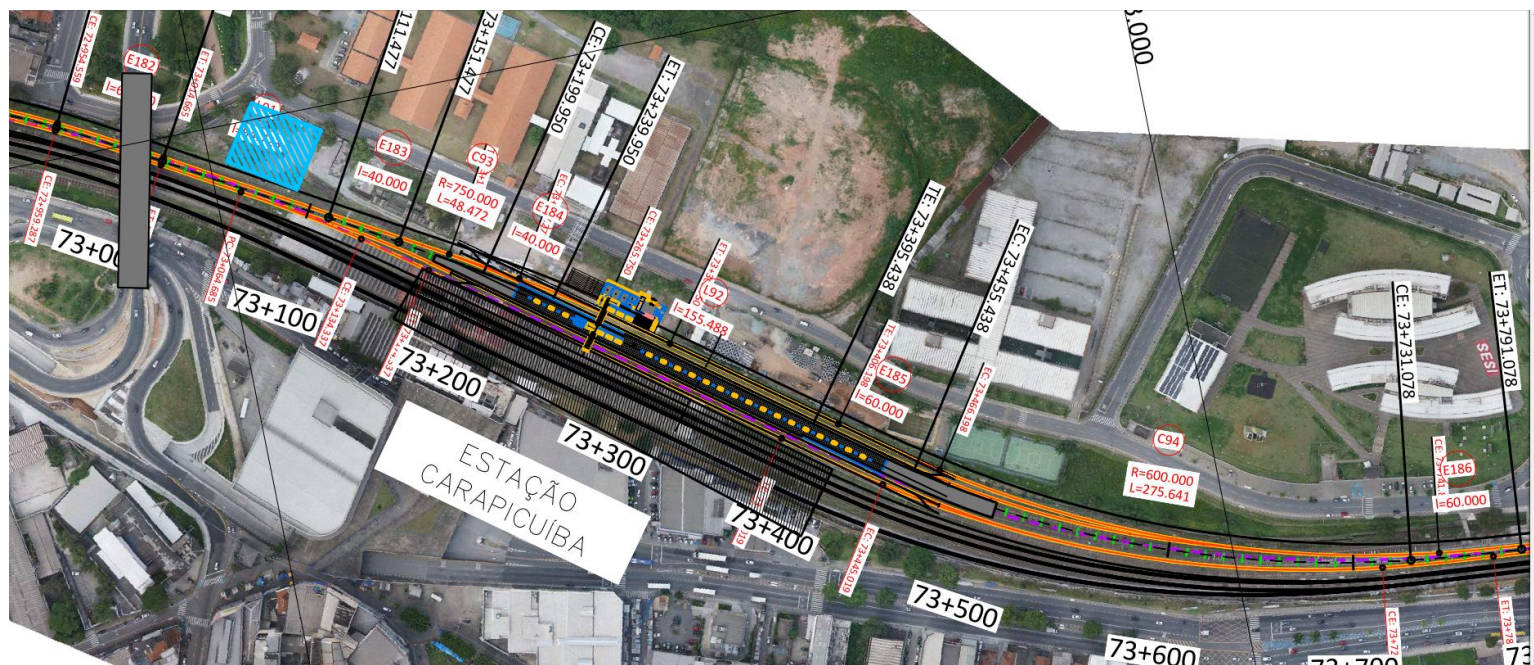


Figura 4 - Imagem aproximada do local de compartilhamento de infraestruturas na estação Carapicuíba

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE



Figura 5 - Imagem aproximada do local de compartilhamento de infraestruturas na estação Água Branca